

Animação e Animadores Socioculturais: incertezas e controvérsias de uma ocupação profissional

António Manuel Rodrigues Ricardo Batista⁵

CESNOVA – Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa

aricardo1959@gmail.com

Resumo

A presente comunicação⁶ tem como propósito dar conta das controvérsias públicas em torno de problemáticas suscitadas no seio da Animação Sociocultural e do tipo de envolvimento dos seus atores⁷ nessas mesmas controvérsias. Faz-se, em primeiro lugar, uma abordagem introdutória à Animação Sociocultural enquanto atividade profissional, realçando a imprecisão, a ambiguidade e a incerteza que esta atividade comporta. Em seguida, relaciona-se a Animação Sociocultural com as transformações ocorridas na sociedade. Por último, evidenciam-se as problemáticas existentes, as controvérsias em que os seus atores se envolvem publicamente em face dessas mesmas problemáticas e, ainda, a diversidade de meios utilizados para a sua expressão.

⁵ Doutorando em Sociologia, área de especialização em Cultura, Conhecimento e Educação (*FCSH,UNL*), Mestrado em Sociologia, área de especialização em Conhecimento, Educação e Sociedade (*FCSH,UNL*), Licenciatura em Sociologia (*ISCTE-IUL*). Experiência profissional: áreas do emprego, da educação e da formação profissional. Atividade profissional atual: Sociólogo no Gabinete Técnico da *Fundação Monsenhor Alves Brás*; investigador/colaborador do *CESNOVA – Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa* (grupo de trabalho: *Mundos Sociais, Trajetórias e Mobilidades*); professor do ensino secundário profissional na *Escola Profissional de Agentes de Serviço e Apoio Social*.

⁶ Surgida no âmbito do projeto de doutoramento “*Animação Sociocultural, Atores e Controvérsias Públicas*”, a decorrer na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e cujo objetivo é perceber a maneira como os Animadores Socioculturais orientam e ajustam a sua ação em face do caráter justo ou injusto das situações concretas de trabalho com que se vão deparando.

⁷ Animadores Socioculturais com formação superior, alunos finalistas de cursos de licenciatura em Animação Sociocultural, professores desses mesmos cursos e dirigentes das associações que representam os Animadores Socioculturais.

Palavras-chave: animação sociocultural, sociologia pragmática, controvérsias públicas, regime de envolvimento em público.

Abstract

This Communication aims to take account of public controversies surrounding issues raised within the Sociocultural and type of involvement of its players in those controversies. It will be, first, an introductory approach to Sociocultural Animation as a business, highlighting the vagueness, ambiguity and uncertainty that this activity entails. Then relates the Sociocultural Animation with transformations in society. Finally, show up existing problems, disputes in which his actors engage publicly in the face of these same issues, and also the variety of means used to express them.

Keywords: sociocultural, pragmatic sociology, public controversy, rules of engagement in public.

Introdução

A partir dos discursos dos vários atores da Animação Sociocultural, constata-se que algumas das problemáticas que afetam esta atividade não são problemáticas surgidas recentemente, nomeadamente as respeitantes ao valor das licenças profissionais e aos modelos de formação que lhes estão ou devem estar associados, à definição do mandato profissional e ao estabelecimento do estatuto profissional. O seu arrastamento no tempo levanta desde logo duas questões: a) a primeira, relacionada com os contextos de trabalho: a de saber como esses atores sentem estas problemáticas, como é que orientam a sua ação e que posições públicas assumem, que justificações dão para essas posições e que críticas produzem em relação às posições dos outros significativos, sejam esses outros os seus pares, sejam pessoas a exercer outras atividades profissionais; b) a segunda, relacionada com as soluções encontradas: a de saber que medidas são propostas, se essas medidas poderão proporcionar um acordo válido para todos e que dispositivos são acionados com vista ao estabelecimento desse acordo.

A referência por parte dos vários atores da Animação Sociocultural à situação de arrastamento das problemáticas mencionadas, deixa supor a existência de controvérsias entre estes. Considerando que uma controvérsia implica posições divergentes em relação a essas problemáticas, achou-se relevante, do ponto de vista analítico, tentar perceber as razões e as maneiras como os atores se envolvem nas disputas, ou seja, que justificações apresentam para as suas ações e/ou os juízos que produzem em relação às ações dos outros.

A Animação Sociocultural caracteriza-se por ser uma atividade imprecisa, ambígua e incerta. Imprecisa, por ser difícil delimitar os seus contornos. Ambígua, pelos múltiplos sentidos atribuídos ao conceito, sentidos que resultam, por um lado, de posicionamentos ideológicos diferentes e, por outro lado, da grande diversidade de âmbitos, de contextos e de públicos a quem a atividade se dirige, bem como da grande variedade de instrumentos que utiliza e de atividades que desenvolve. Incerta, pelo caráter transitório de muitos dos seus trabalhos.

Na verdade, *“não há um autor que se tenha preocupado com o conceito de animação sociocultural que, em seguida, não tenha reconhecido a polissemia, a ambiguidade, a imprecisão, o caráter vago... no uso da expressão”* (Trilla, 2004, p. 25). O mesmo é reconhecido por Quintas e Castaño (1998, p. 17) quando afirmam que *“o conceito de animação é bastante impreciso. Não existe unanimidade entre os autores”*. Há, com efeito, segundo Lopes (1993, p. 79), uma *“conflitualidade teórica à volta do conceito”*, conferindo aos autores perspetivas de abordagem diferentes.

Num artigo intitulado *“Sobre a definição de Animação Sociocultural”*, Azevedo (2008), após colocar várias interrogações – *“A animação sociocultural poderá ser uma ciência? Poderá ser um ramo das ciências sociais? O que é a animação sociocultural? Será uma técnica, um método ou uma ciência?”* –, reconhece *“que a mesma é um diamante em bruto que carece de ser lapidado de forma a otimizar a sua apresentação e aplicação social”*. Por seu lado, Ander-Egg define-a como *“um conjunto de técnicas sociais que, baseadas numa pedagogia participativa, tem como finalidade promover práticas e atividades voluntárias”* (1986, p. 125), apresentando-a *“como uma criação frente às*

atonias do corpo social” (1999, pp. 69-77). Adianta, ao mesmo tempo, trinta e duas definições de vários autores, referindo que a maior parte delas *“expressam um projeto pedagógico de consciencialização, de participação e de criatividade social”* e *“cada um, conforme as suas próprias perspectivas ideológicas/políticas /científicas e a sua própria prática, poderá escolher ou rejeitar”* (1999, pp. 69-77). Maria de Lourdes Lima dos Santos (1998, p. 249), sintetizando a atividade, refere o seguinte:

“(…) torna-se difícil precisar os seus limites e delimitar os seus contornos. Na maior parte dos casos, procede-se de uma das três formas: por exemplificação/inventariação, definindo o conceito pelas atividades que engloba; pela negativa, eliminando as atividades que não se enquadram no seu âmbito; ou, ainda, pelo considerar do seu carácter residual: na Animação cabe, então, um imenso ‘território – resto’ de práticas de difícil classificação.”

Animação Sociocultural e transformações sociais

A animação, enquanto *“processo de dar vida, de infundir alma a alguém ou alguma coisa; ato ou efeito de animar ou de se animar”*⁸, é um fenómeno de todos os tempos. No entanto, a origem do conceito de animação, enquanto prática ligada à intervenção social, educativa e cultural, surge somente a partir de meados do século XX, mercê da recomposição do tecido social provocada pelo nascimento das sociedades industriais e desintegração das chamadas sociedades tradicionais, com todos os problemas que uma alteração dessa natureza acarretou em termos de integração social, de participação comunitária, de comunicação interpessoal e de identidade cultural, indicação que é partilhada pelos vários autores (Ander-Egg, 1999, 2008; Lopes, 2006; They, 1970; Tracana, 2006; Ventosa, 2007). Problemas que ganharam expressão à medida a que se ia assistindo à passagem de uma sociedade localizada (em que as identidades se confinavam, basicamente, ao território e à língua) para uma sociedade globalizada (em que as identidades passaram a apresentar um carácter transterritorial,

⁸ Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia de Ciências de Lisboa.

multilinguístico e multimédia), assente em redes de comunicação virtuais (Gonzalez, 2008, p. 6).

Animação Sociocultural em Portugal: breve perspetiva histórica

No caso português, a Animação Sociocultural tem-se traduzido em diferentes formas de intervenção, formas essas que expressam as várias conceções da atividade (Lopes, 2006, p. 156, 2008^a, pp. 457-485 e 2008b, pp. 147-158). Ela começa a ganhar alguma consistência a partir dos anos 60, mercê das novas dinâmicas sociais e económicas que o país começara a conhecer. No entanto, em resultado dos condicionamentos em matéria de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, *“a única ‘animação’ permitida era preconizada pela Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT)”* (Ventosa, 2006), cujo propósito era propagandear os ideais do regime político – expressos na tríade *“Deus, Pátria e Família”* – através da organização de colónias de férias, de excursões, de demonstrações desportivas, de conferências, entre outras atividades.

Tendo como pano de fundo uma perspetiva de cultura nacional assente numa conceção nacionalista de Portugal, a criação da *FNAT*, inspirada no *“Movimento Internacional Alegria e Trabalho”*, ao promover *“o aproveitamento do tempo livre dos trabalhadores portugueses por forma a assegurar-lhes o maior desenvolvimento físico e a elevação do seu nível intelectual e moral”*⁹, tem em vista, como refere Daniel de Melo (2001, p. 62), a *“integração do mundo laboral na orgânica corporativa do Estado Novo”*, baseada numa perspetiva de conciliação entre o trabalho e o capital e de recusa dos antagonismos sociais e do conflito social e cujas ações eram preparadas com referência a uma matriz ruralista que se insere num programa político de cultura *“espiritual”* dos portugueses (Melo, 2001; Ramos do Ó, 1993, 1999; Rosas, 1994; Valente, 1999).

O papel da *FNAT* – convergindo com a ação do *Secretariado de Propaganda Nacional/Secretariado Nacional de Informação* e das *Casas do Povo/Junta Central das Casas do Povo* – inscreve-se num trabalho de imposição autoritária de um projeto

⁹ Decreto-Lei n.º 25495, de 13 de junho de 1935 – diploma de criação da *FNAT*.

doutrinário totalizante para a sociedade portuguesa, consubstanciado através de medidas institucionais consagradoras de uma pretendida unicidade político-ideológica. Através desse projeto, o Estado Novo procura, de acordo com Rosas (1994, p. 281), *“moldar todos os níveis da sociedade civil de acordo com os ‘novos valores’, isto é, tentará educá-la e formá-la imperativamente na moral nacionalista, corporativa e cristã, que haveria de presidir à política, às relações de trabalho, aos lazeres, à vida em família, à educação dos jovens ou à cultura em geral.”*

As mudanças que se vão sucedendo na sociedade portuguesa do pós-guerra (Rosas, 1994, pp. 419-501) – resultantes de um processo de industrialização, urbanização e terciarização que vai ganhando forma – transportam consigo novas questões sociais que, ao longo da década de 50, provocariam um reajustamento na linha de orientação do corporativismo, perdendo importância a perspectiva ruralista e ganhando uma crescente expressão a linha industrialista, através dos *Planos de Fomento* e consubstanciada no *Plano de Formação Social e Organização Corporativa*.

Não obstante a abertura que se fez sentir na *“Primavera Marcelista”*, a ideia nacionalista da cultura nacional não foi colocada de parte. Ela perdurou até ao 25 de Abril de 1974. Portugal mantinha-se, no dizer de Barreto, *“(…) muito mais do que qualquer país, (...) numa espécie de atabafante unidade: um povo com uma só etnia, uma só religião, uma só fronteira, uma só língua, uma só cultura, uma só raça – se assim me posso exprimir –, um só Estado.”*¹⁰

No período de 1974 a 1980 assiste-se à institucionalização da Animação Sociocultural. Esta é centralizada em instituições criadas expressamente para o efeito, assumindo o Estado a gestão e o controlo das atividades e a formação dos animadores. Dentro deste período, Lopes (2006: 157-239) distingue duas fases na Animação Sociocultural: a *“fase revolucionária”*, que decorre entre 1974 e 1976 e a *“fase constitucionista”*, entre 1977 e 1980. Na primeira fase, assiste-se a uma intensa atividade de animação, coordenada pela *Comissão Interministerial para a Animação Sociocultural (CIASC)*. Na

¹⁰ António Barreto, *Expresso* de 11 de julho de 1998, cit. in Lopes, 2006, p. 239.

segunda fase, a ação da Animação Sociocultural é determinada por instituições que assumiram a centralidade da mesma, constituindo exemplos dessa centralidade o *Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis (FAOJ)* e o *Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores (INATEL)*¹¹.

Entre 1981 e 1990, a conceção de Animação, que anteriormente passava por dar expressão a uma ideia de cultura una e homogénea, evoluiu para o reconhecimento de uma cultura com dimensão plural e diversificada, pois

“(...) com a emigração, o turismo, o regresso dos retornados, a abertura democrática, a diversidade de investimentos, a criação de grupos e empresas privadas, os partidos políticos e as associações, a televisão, a integração europeia... com tudo isto, de repente há mesquitas, as sinagogas têm nova vida, nascem seitas, surgem novos cultos, aparecem igrejas protestantes; há sindicatos diversificados e plurais, opiniões diferentes, novos credos e crenças...Isto é, está em construção uma sociedade finalmente plural...”¹².

Neste período, a Animação passa gradualmente da esfera do poder central para a esfera do poder local. Também, nesta década, Lopes (2006, p. 240-276) identifica duas fases da Animação Sociocultural: a *“fase patrimonialista”*, que decorre entre 1981 e 1985, em que o Estado se mantém ainda como o grande impulsionador da atividade, através da *Secretaria de Estado da Cultura*, do *FAOJ* e da *Junta Central das Casas do Povo*, caracterizando-se esta fase por uma intervenção centrada na preservação e recuperação do património cultural; a *“fase da deslocação da Animação Sociocultural do poder central para o poder local”*, que decorre entre 1986 e 1990, em que o poder local passa a assumir um crescente interesse e um papel relevante na Animação Sociocultural, encarando-a como uma maneira de mobilizar vontades e recursos.

De 1991 a 1995, assiste-se ao crescimento do fenómeno da imigração, não só dos países africanos de língua oficial portuguesa, mas também do Brasil, dos países da Europa do leste, da China e da Índia. Nestas circunstâncias, a intervenção da Animação

¹¹ A *FNAT* passou a denominar-se *INATEL* em 3 de abril de 1975.

¹² António Barreto, *Expresso* de 11 de julho de 1998, *cit. in* Lopes, 2006, pp. 276.

Sociocultural passa a dar expressão à dimensão multicultural (Lopes, 2006, pp. 277-287).

A partir de meados dos anos 90, em resultado das transformações ocorridas num mundo cada vez mais globalizado, é posta à prova a capacidade da Animação Sociocultural para enfrentar os novos e complexos desafios. E pese embora, no dizer de Ander-Egg (2008, pp. 20-21), a insuficiente valorização atribuída à Animação Sociocultural em termos de políticas públicas, não deixou de se alargar a intervenção dos Animadores Socioculturais e de se ampliarem os seus perfis profissionais (Ferreira, 2008, p. 200).

A este respeito, Dinis (2007) situa a Animação Sociocultural num terreno “*flexível*” e por natureza “*criativo*”. Por sua vez, Azevedo (2009), sublinhando a flexibilidade apontada por Dinis, acrescenta o perfil do “*animador empreendedor*”, como sendo aquele que “*desenvolve a atividade em diferentes cenários e posições organizacionais*”. Já Correia (2008), ao traçar o “*perfil do Animador Investigador*”, realça um conjunto de requisitos pessoais e profissionais que remetem, nomeadamente para o “*mundo cívico*”, o “*mundo inspirado*” e o “*mundo de projetos*” (Boltanski & Thévenot, 1991; Boltanski & Chiapello, 1999, Boltanski, 2001).

Animação Sociocultural e alterações no mundo do trabalho

A atuação em novos campos de intervenção parece traduzir, pois, a capacidade de adaptação e flexibilidade dos Animadores Socioculturais perante experiências de trabalho que apresentam – muitas delas – um carácter transitório e uma grande diversidade em termos das competências exigidas. O que parece corresponder à indicação dada por Lopes (2008a) quando, em matéria de empregabilidade, escreve que

“entre os anos 60 e 90 existiu emprego em Animação. No século XXI vai existir muito trabalho em Animação, mas não o modelo de emprego do século XX, isto requer preparar os Animadores para um novo conceito de empregabilidade assente no trabalho em rede e não no trabalho por conta de outrem, na criação de empresas que

respondam ao pulsar do novo tempo e que os contratos programa com lares, hospitais, jardins de infância, autarquias, organizações governamentais, deem respostas aos diferentes âmbitos de Animação existentes e ainda os que hão de vir, porque o movimento da vida vai sempre gerar novas necessidades e conseqüentemente novos âmbitos.”

Ao traduzir uma mudança de paradigma em matéria de trabalho, a indicação dada ajusta-se, assim, a um mundo em que o futuro se encontra completamente em aberto. Por um lado, a lógica do *“trabalho em rede”* tende a difundir-se cada vez mais, parecendo constituir-se como o centro do sistema. Por outro lado, o fosso que separa a decisão do conhecimento parece acentuar-se, ou seja, um mundo que impõe a cada *“um de nós o fardo de ter que tomar decisões cruciais que podem afetar a nossa sobrevivência sem qualquer base de conhecimento adequado”* e, por vezes, *“sem ter consciência das suas conseqüências”* (Žižek, 1999, pp. 450-451). Em muitos casos, a incerteza que caracteriza o mundo moderno de hoje torna difícil prever os resultados das decisões que os indivíduos possam tomar (sejam pessoais, sejam profissionais), requerendo a aquisição de novas capacidades que os tornem adaptáveis e flexíveis. É isto, aliás, que ressalta da análise dos discursos proferidos em Animação Sociocultural: a importância que a lógica de projeto (Boltanski & Chiapello, 1999; Boltanski, 2001) parece estar a ganhar em matéria de emprego. E, a ser assim, a empregabilidade dos Animadores passará a estar condicionada pela capacidade destes se movimentarem na *“rede”*, ou seja, a prova da sua grandeza passará a ser dada pela sua capacidade de adaptação e flexibilidade perante experiências de trabalho que tendem a apresentar um caráter transitório e uma grande diversidade em termos das competências exigidas.

Esta tendência, fazendo-se sentir nos vários setores de intervenção da Animação Sociocultural, assume grande expressão no setor cultural, conforme realça Gomes (2010, p. 118). Refere este autor que o aumento das oportunidades de trabalho neste setor vem sendo associado a uma maior flexibilidade e precariedade dos vínculos e prestações de trabalho, assim como à emergência ou consolidação de novas funções e modos de organização do trabalho marcados pela polivalência e cumulatividade. Aliás,

os dados do *Observatório das Atividades Culturais* indicam que a crescente difusão das formas flexíveis de trabalho, registada ao longo dos anos 80 e 90, se articula de um modo muito estreito com o aumento da oferta cultural e, nessa medida, com o acréscimo de emprego e de oportunidades de trabalho para os diversos profissionais relacionados com o setor, contando-se entre estes os Animadores Socioculturais a trabalharem em contextos culturais diversos, nomeadamente em departamentos de ação cultural de Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia. Este aumento da oferta cultural, nomeadamente ao nível das programações das autarquias locais, implica, frequentemente, o estabelecimento de parcerias com associações, fundações e outras entidades, com recurso a formas de trabalho flexíveis, na modalidade de projeto e baseadas em práticas de *outsourcing* (Gomes & Martinho, 2009, pp. 151-159; Martinho, 2010, pp. 243-247).

O que se regista no setor cultural em geral e na Animação Sociocultural em particular, nas várias vertentes da sua intervenção, inscreve-se num plano mais alargado de uma forte mudança no mundo do trabalho. Mudança que assenta, no caso português, numa crescente representação das formas instáveis de empregar: contratação a prazo/termo, recibos verdes, trabalho temporário, trabalho clandestino, entre outras. Esta mudança começa a desenhar-se a partir da segunda metade dos anos 70 – com a publicação da legislação que regulamenta a contratação a prazo – e ao longo dos anos 80, intensificando-se a partir de meados dos anos 90.

O trabalho, enquanto mecanismo de inserção e de integração social e de reconhecimento, garantindo níveis básicos de proteção social, parece, pois, estar sujeito a um processo de fragilização. O modelo que tem vindo a ganhar força assenta, em larga medida, no crescimento acentuado das formas de trabalho intermitentes e, não raras vezes, socialmente pouco protegidas. No caso português, a contratação a termo, o trabalho temporário (Pereira, 1988) e a falsa prestação de serviços são exemplos ilustrativos de uma regra na prática contratual e não já de uma exceção.

Ao contrário do que sucedia há umas décadas atrás, o mundo do trabalho caracteriza-se presentemente por ser pouco linear (Pais: 2005). Especialmente nas gerações mais

jovens, os percursos profissionais são “*marcados pela instabilidade e pelo risco*” (Guerreiro & Abrantes, 2004, p. 28). E muito embora pareça ser crescente a impotência das comunidades locais em atenuar esse risco (Hespanha & Carapinheiro, 2002, p. 29), importa perceber a maneira como os indivíduos orientam e ajustam a sua ação, ou seja, que tomadas de posição vão assumindo em face das situações concretas de trabalho com que se vão deparando. E são precisamente essas tomadas de posição que os Animadores Socioculturais vão assumindo sobre o caráter justo ou injusto das situações em que se encontram (Boltanski & Thévenot, 1991, p. 87), bem como as gramáticas em que as mesmas assentam, que se procurarão aclarar nas várias etapas da investigação em curso.

Animação Sociocultural e controvérsias no espaço público

Como forma de orientação da investigação, mobiliza-se o quadro teórico da Sociologia Pragmática, perspectiva que considera a ação como o produto de um encontro entre as situações/contextos/acontecimentos e as formas como os atores nelas se envolvem em determinados regimes¹³. Mais especificamente, toma-se em consideração a pluralidade de regimes de justificação (cités)¹⁴ sempre que os atores, envolvidos nas controvérsias em torno de situações problemáticas de justiça suscitadas pela Animação Sociocultural, são chamados a justificar as suas ações e/ou a produzir juízos críticos sobre as ações dos outros. E, nesses termos, procurando perceber em que

¹³ Na sua obra “L’Action au Pluriel – Sociologie des Régimes d’Engagement”, Laurent Thévenot (2006, pp. 8-11) distingue três regimes de ação: a) o primeiro, o regime de ação em público, realçando as questões da justiça e do bem comum e considerando a filosofia política como fonte de inspiração na construção dos modelos de ordem que servem de base às justificações e às críticas dos atores nas disputas em que se envolvem¹³; b) o segundo, o regime de ação em plano, destacando o indivíduo, a sua autonomia, as suas escolhas, os seus projetos, as suas decisões, as suas estratégias, a sua racionalidade, os seus interesses; c) o terceiro, o regime de ação familiar, em que as ações, por decorrerem num ambiente de proximidade/intimidade, se caracterizam por oposição à racionalidade que caracteriza o regime de ação em plano.

¹⁴ Boltanski & Thévenot (1991, pp. 86-106) definem a “*cité*” como um modelo de ordem em que o bem comum é contraposto aos interesses particulares, devendo estes ser sacrificados para aceder a um estado de grandeza superior. Os mesmos autores explicitam cada um dos modelos e as respetivas fontes (1991, pp. 27, 61-82, 107-157): “*cité inspirada*” – Sto. Agostinho, 354 a 430 a.C.; “*cité doméstica*” – Bossuet, 1627 a 1704; “*cité de opinião*” – Hobbes, 1588 a 1679; “*cité cívica*” – Rousseau, 1712 a 1778; “*cité industrial*” – Saint-Simon, 1760 a 1825; “*cité mercantil*” – A. Smith, 1723 a 1790. Por sua vez, Boltanski e Chiapello (1999) acrescentam aos seis modelos anteriores um sétimo modelo, a “*cité por projeto*” – estrutura social baseada numa rede de projetos e em que a adaptação fácil, a flexibilidade, a polivalência constituem, entre outros, critérios de medição da grandeza dos indivíduos.

medida as soluções que vão sendo encontradas assentam em princípios de justiça com critérios de subida em generalidade, ou seja, em princípios de ordem que permitam associar os atores num acordo válido para todos.

A informação recolhida até ao momento presente – através de documentos¹⁵ e através de entrevistas¹⁶ – revela, por um lado, uma assinalável diferença entre aquilo que os Animadores Socioculturais gostariam que fosse a Animação e aquilo com que estes na realidade se deparam nos vários contextos de trabalho. Diferença que se faz notar em relação às “licenças”¹⁷ e ao “mandato”¹⁸ (Hughes, 1993; Strauss, 1992), ao “poder profissional”¹⁹ (Freidson, 1986 e 1994), à “jurisdição profissional”²⁰ (Abbott, 1988) e ao “estatuto profissional”²¹, constituindo, por isso, problemáticas que geram tensões e controvérsias entre os profissionais. Por outro lado, a informação recolhida pôs em evidência a diversidade de posições que os atores da Animação Sociocultural assumem publicamente face às problemáticas enunciadas, bem como a diversidade de meios utilizados para a sua expressão (jornais, revistas, fóruns de discussão, blogs, congressos, encontros, entre outros).

¹⁵ Jornais, revistas, atas de congressos e encontros, fóruns de discussão e blogues.

¹⁶ Foram efetuadas oito entrevistas ao longo do mês de julho de 2010: quatro a Animadores Socioculturais com formação superior, duas a professores do curso de licenciatura em Animação Sociocultural, uma a um dirigente associativo e uma a um estudante finalista do curso de licenciatura em Animação Sociocultural.

¹⁷ Autorização legal de exercício de certas atividades, obtida através de uma formação longa (normalmente de nível superior) e que, deste modo, assegura o controlo no acesso ao exercício da atividade, protegendo a autoridade e prestígio dos profissionais.

¹⁸ Obrigação de assegurar uma função específica, sendo que a fixação dessa obrigação resulta de um processo social que implica conflito e negociação com outras áreas ocupacionais e se traduz em autonomia e autoridade profissionais.

¹⁹ Capacidade de traduzir recursos de vária ordem (políticos, organizacionais, cognitivos, culturais e ideológicos) em maior autonomia e controlo sobre a relação com os clientes, a organização do trabalho, o mercado de trabalho e o conhecimento.

²⁰ Área de atividade sobre a qual a profissão detém o direito de controlar a prestação de serviços, direito esse que, por um lado, estará tanto mais garantido quanto mais elevado for o grau de predominância de inferência na ligação do diagnóstico ao tratamento e, por outro lado, constitui o resultado de disputas, conflitos e competição com outras áreas ocupacionais.

²¹ Conjunto de normas, reconhecido pelo Estado através de legislação específica, que, por um lado, estabelece os requisitos para o exercício da atividade e as penas para quem a exerça sem licenciamento e que, por outro lado, promove os valores de orientação profissional, definindo os direitos e os deveres profissionais e estabelecendo um regime sancionatório aplicável a situações que violem o cumprimento desses mesmos deveres.

Na verdade, os dados permitem dizer que os Animadores orientam publicamente a sua ação, indicando um efetivo envolvimento destes profissionais em controvérsias em torno de situações problemáticas de justiça, deixando perceber, por via da sua expressão pública, os dispositivos/gramáticas que servem de base às justificações da sua ação e/ou à produção de juízos críticos sobre ação dos outros. Dispositivos que resultam de “*diferentes mundos*” justificativos (Boltanski & Thévenot, 1991; Boltanski & Chiapello, 1999; Boltanski, 2001), especialmente do mundo cívico, em que o bem coletivo, a promoção da participação na vida da cidade e a igualdade constituem as formas de expressão privilegiadas, dando disso conta os próprios títulos de um conjunto de artigos incluídos em várias publicações da Animação Sociocultural²², bem como da maneira como os seus protagonistas encaram a atividade nas suas três dimensões de intervenção: a social, a educativa e a cultural. Na dimensão social, a atuação consiste, segundo Viveiros (2008), em “*capacitar os atores do ‘local’ com competências sociais e operativas válidas, que lhes possibilite uma autonomia cultural, política e económica. (...)*”. Na dimensão educativa, a intervenção situa-se, segundo Trilla (2004, pp. 32-33), “*quase sempre fora do limite dos currícula próprios do ensino regulado (...) no setor não formal do universo educativo. (...)*”. Na dimensão cultural, a atividade parte, segundo o mesmo autor (2004, p. 20), de um conceito amplo de cultura e não da noção mais restrita, própria da linguagem corrente, que circunscreve o conceito à noção de “*cultura ‘escolar’ ou ‘geral’ (saber ler e escrever, noções de aritmética, humanidades, etc.), ou esta outra noção de cultura, mais requintada, elitista elaborada: o requinte da pessoa ‘culto’ que desenvolveu uma sensibilidade especial para apreciar uma obra de arte, que se movimenta livremente pelo mundo das ideias e da ciência*”. Nesta dimensão, a ideia que se encontra subjacente à Animação Sociocultural é a de uma cultura que, normalmente, se designa por “*cultura popular*” e

²² “Estudo para uma Formação Específica em Meio Rural: Dar Vez e Voz aos Atores e Atrizes do Território”, “Animação Sociocultural e Protagonismo Juvenil”, “O Animador e a Memória Social – Lembrar, Esquecer e Mitificar”, “Animação Territorial – Ouvir a Vida e Fazer o Destino”, “Cultura de Cidade”, “Práticas de Animação. Um Espaço para o Debate Coletivo na Perspetiva da Pluralidade das Ideias”, “O Desenvolvimento Local e a Animação Sociocultural. Uma Comunhão de Princípios”, “De la ciudadanía asistida a la ciudadanía emancipada. Apuntes para la lectura del aporte del ocio en contextos de exclusión”.

que Lopes (n.d.) associa ao conceito de *“democracia cultural”*, em que a ação *“é encarada de baixo para cima e de dentro para fora, a partir das necessidades e aspirações das populações”*.

Ao mesmo tempo, os dispositivos/gramáticas que servem de base às justificações não deixam de resultar: do mundo industrial, em que são destacados os atributos profissionais da Animação Sociocultural e a sua eficácia; do mundo inspirado, em que a criatividade/inação, a autenticidade e o espírito artístico são capacidades enaltecidas; e, ainda, do mundo assente numa lógica de projetos, em que a adaptação e a flexibilidade são atributos indicados como indispensáveis.

Assim, no que respeita às *“licenças”*, a controvérsia gira em torno da sua real importância em termos de exercício da Animação Sociocultural. Não assegurando o controlo no acesso ao exercício da atividade, as licenças não protegem a autoridade e prestígio dos profissionais. Com efeito, nas várias manifestações públicas sobre esta matéria, os Animadores Socioculturais deixam claro um sentimento de injustiça resultante da preferência que é dada aos Animadores com formação secundária em muitos contextos de trabalho em detrimento dos Animadores com formação superior.

Este sentimento de injustiça prende-se, ao mesmo tempo, com a diferença de tratamento entre os licenciados em Animação e outros licenciados no que se refere à remuneração. A explicação para esta diferença de tratamento radica, segundo um participante no *ANIMUSFÓRUM* de 20 de setembro de 2008, na existência de formações em Animação Sociocultural ao nível secundário, pois *“(...) enquanto existem cursos profissionais na área (...) existe um saco e "colocam-nos" todos lá dentro (...) Se as entidades (...) puderem colocar um Animador do Curso Técnico (é o que fazem porque sai muito mais barato) colocam”*.

Por sua vez, a *“multiplicação desenfreada dos cursos de Animação ao nível do ensino superior, ensino profissional e/ou secundário e outras formações paralelas e a inexistência de um fio condutor entre formações, constituem fatores desvalorizadores dos diplomas”* (*ANIMUSFÓRUM*, 20 de setembro de 2008). A grande diversidade de âmbitos, de contextos e de públicos a quem a atividade se dirige e, ao mesmo tempo,

a grande variedade de formações e a inexistência de um fio condutor entre elas, leva a que Santos Costa (2010, p. 14), questionando o perfil ocupacional, o modelo de formação e a definição diferencial da Animação Sociocultural, coloque as seguintes interrogações:

“A Animação Sociocultural é uma profissão específica ou um modelo de intervenção que possa ser utilizado noutras profissões? (...) A animação sociocultural deve ter uma formação específica, de animadores, com carácter finalista ou uma formação para a animação, com carácter transversal e incluída em diversos estudos? (...) O que é verdadeiramente específico da Animação Sociocultural? O que faz realmente diferente a Animação Sociocultural em relação a outros modelos de formação?”

Também Bento (2007), sobre a questão de saber que Animadores devem ser formados, se interroga: *“Será que o animador cultural para desenvolver a sua atividade profissional deverá ter uma formação académica? Os animadores deverão ter uma formação polivalente ou especializada?”*. E, logo a seguir, refere que *“(...) devem existir, do nosso ponto de vista, animadores culturais sem grau académico. Ao mesmo tempo também pensamos que devem existir animadores culturais com formação académica”*.

Por seu turno, a reduzida visibilidade dos projetos de Animação Sociocultural parece constituir, no dizer de uma Animadora Sociocultural a trabalhar num Centro de Dia e Centro de Convívio para Idosos de uma Instituição Particular de Solidariedade Social, um fator condicionador do valor atribuído aos diplomas (entrevista 1 – julho de 2010): *“(...) há uma série de projetos de intervenção comunitária, mas eles não têm visibilidade, porque depois ficam neles próprios. (...) dar visibilidade a trabalhos comunitários e ao sentido comunitário... talvez... pudesse ser a chave para um maior valor do diploma (...)”*.

Relativamente ao *“mandato”*, sendo pouco claro, compromete a autonomia e a autoridade profissionais, tornando ambíguo o espaço institucional de atuação dos Animadores Socioculturais. Esta ambiguidade parece estar relacionada, de acordo com as conclusões do debate sobre o *“Estatuto dos Animadores Socioculturais”*, promovido

pela Associação Regional dos Animadores Socioculturais de Tondela a 9 de março de 2010, “com as especializações existentes no ensino superior”, pois estas tornam “mais complicado gerir os conteúdos funcionais do Animador, assim como os seus direitos e deveres”. E tal como é referido num documento intitulado “Lexis e Praxis” – produzido pela Escola Superior de Educação de Santarém sobre a orientação estratégica para a reformulação do curso de licenciatura em Animação Cultural e Educação Comunitária – , a carência de saberes científicos na formação dos Animadores constitui uma explicação para a ambiguidade que se faz notar no seu dia a dia profissional: “Animadores são detentores de Processos mas carecem geralmente de formação conteúdal (saberes numa dada área científica...), (...) não se pode ser só detentor de saberes processuais (saber como se deve agir) sem se saber bem sobre o quê (conteúdo) se age, ou vice-versa”

Em relação ao “poder profissional”, sendo frágil, traduz-se numa ausência de controlo sobre a relação com os clientes, a organização do trabalho, o mercado e o conhecimento e, desta maneira, incapacita os profissionais em ditar o conteúdo, os termos e as condições do seu trabalho. Este poder, no dizer de uma professora de um curso de licenciatura em Animação Sociocultural, “(...) tem que ser conquistado pelos Animadores, com certeza, e por eles próprios, enquanto grupo socioprofissional” (Entrevista 6 – julho de 2010). A mesma opinião é partilhada por um dirigente associativo (APDASC - Associação para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural, núcleo da região de Lisboa e Vale do Tejo – Entrevista 7 – julho de 2010) ao afirmar que “(...) o Animador tem sobretudo de conquistar o espaço, o espaço não lhe é cedido em função da formação que apresenta, ao contrário do que sucede, normalmente, com o Assistente Social, em que o espaço lhe é cedido em função do curso em que está formado (...)”-

Em matéria de “jurisdição profissional”, sendo vulnerável, explica a intromissão de outros profissionais nas atividades de Animação Sociocultural. Efetivamente, “(...) debaixo da designação Animação temos situações muito diversas, algumas até híbridas.” (professora de um curso de licenciatura em Animação Sociocultural – Entrevista 6 – julho de 2010).

Sobre o “*estatuto profissional*”, percebe-se que a necessidade de existir um estatuto para o reconhecimento da atividade de Animação Sociocultural suscita controvérsia. Por um lado, há a expectativa de que o estatuto possa regular a atividade de Animação Sociocultural e, dessa maneira, constituir um fator disciplinador do mercado, indicando e impondo os requisitos necessários para o seu exercício. Por outro lado, há o receio de que o estatuto possa limitar a atividade de Animação Sociocultural e, desse modo, constituir um fator de exclusão.

Para os defensores do estatuto enquanto regulador da atividade, a sua criação constitui uma medida essencial para

“disciplinar o exercício da profissão do Animador, distinguindo os direitos e deveres do profissional (...)”, uma vez que “(,,,) terá que ser aprovado por uma Associação de Direito Público, representativa dos profissionais do setor, que mais tarde se poderá/deverá transformar em Sindicato ou até mesmo em Ordem Profissional” (conclusões do debate sobre o “Estatuto dos Animadores Socioculturais”, promovido pela Associação Regional dos Animadores Socioculturais de Tondela em março de 2010).

Associação que chamará a si, no dizer dos defensores do estatuto, a prerrogativa de “*certificar o perfil e as competências dos profissionais de animação sociocultural*”, garantindo assim a sua qualidade técnica e pedagógica. Dentro desta linha reguladora, o estatuto terá de conter um corpo normativo que permita “*disciplinar as relações que os animadores socioculturais estabelecem entre si, reciprocamente, ou com a comunidade*” e, ao mesmo tempo, sancionar os que não cumpram os princípios deontológicos estabelecidos.

Quanto ao efeito limitador que o estatuto poderá ter na atividade da Animação Sociocultural, Esaú Dinis (2010, pp. 179-193) é contundente ao afirmar a sua recusa em relação à criação:

“(...) de dispositivos jurídicos que assegurem um tratamento específico para a Animação Sociocultural e seus profissionais (...) Longe de preconizar códigos deontológicos e estatutos corporativos de reduzida eficácia e natural opacidade, apostaria, antes, que fossem exploradas modalidades de transparência, como o

contrato de animação, ou contrato de projeto, em que os dados ficam definidos e se previnem operações de desvio, de ocultação ou manipulativas, sejam na linha do domesticar, sejam no intuito de rutura ou “revolução”, seja na contumácia de prolongar rotinas contra a corrente (...)

O mesmo efeito limitador é apontado por um dirigente da APDASC - Associação para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural, núcleo da região de Lisboa e Vale do Tejo, ao manifestar o receio do estatuto constituir um fator de exclusão, “(...) afastando dela pessoas que há muitos anos fazem Animação, pese embora não tenham formação formal (...)” (Entrevista 7 – julho de 2010).

Nota final

Não obstante a Animação Sociocultural acompanhar as grandes transformações sociais ocorridas a partir de meados do século XX, não deixa de ser assinalável a diferença entre aquilo que os Animadores Socioculturais gostariam que fosse a Animação e aquilo com que se deparam nos vários contextos de trabalho: imprecisão, ambiguidade e incerteza. Essa diferença gera tensões que se traduzem num regime de envolvimento público em controvérsias em torno de situações problemáticas, nomeadamente em torno das “licenças”, do “mandato”, do “poder profissional”, da “jurisdição profissional” e do “estatuto profissional”. Os argumentos que suportam as diversas justificações e/ou os juízos críticos que os vários atores da Animação Sociocultural vão produzindo em relação às problemáticas que afetam a atividade assentam sobretudo em dispositivos de ordem cívica. Mas também em dispositivos relacionados com os atributos profissionais e a sua eficácia, com a criatividade/inação, a autenticidade e o espírito artístico e com a flexibilidade e a capacidade de adaptação a um mundo em que o futuro é uma incógnita.

Bibliografia

Abbott, A. (1988). *The System of Professions – An Essay on the Division of Expert Labor*. Chicago and London: The University of Chicago Press.

Ander-Egg, E. (1986). *Metodologia y Practica de la Animacion Sociocultural*. Buenos Aires: Humanitas.

Ander-Egg, E. (1999). *O Léxico do Animador*. Amarante: ANASC - Associação Nacional dos Animadores Socioculturais.

Ander-Egg, E. (2008). A Animação Sociocultural e as Perspetivas para o Século XXI. In Pereira, J. D. L, Vieites, M. F. & Lopes, M. S. *A Animação Sociocultural e os Desafios do Século XXI (pp. 19-32)*. Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.

Arendt, H. (2006 [1948]). *As Origens do Totalitarismo*. Lisboa: Publicações D. Quixote.

Azevedo, C. A. S. (2008). Sobre a Definição de Animação Sociocultural. *Revista Práticas de Animação*. APDASC – Associação para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural, Ano 2, n.º 1, outubro de 2008 (<http://revistapraticasdeanimacao.googlepages.com>).

Azevedo, C. A. S. (2009). O Animador Empreendedor. *Revista Práticas de Animação*. APDASC – Associação para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural, Ano 3, n.º 2, (<http://revistapraticasdeanimacao.googlepages.com>).

Bauman, Z. (2006). *Confiança e Medo na Cidade*. Lisboa: Relógio d'Água Editores.

Bento, A. (2007). Afinal que Animadores devemos formar?. *Revista Práticas de Animação*, APDASC – Associação para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural, ano 1, n.º 0.

Boltanski, L. (1982). *Les Cadres – La Formation d'un Groupe Social*. Paris : Les Éditions de Minuit.

Boltanski, L. (1990). *L'Amour et la justice comme compétences*. Paris : Éditions Métailié.

Boltanski, L. (1993). *La Souffrance à distance*. Paris : Éditions Métailié.

Boltanski, L. & Thévenot, L. (1991). *De la Justification : les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard.

Boltanski, L. & Chiapello, È. (1999). *Le Nouvel Esprit du Capitalisme*. Paris: Gallimard.

Boltanski, L. (2001). A Moral da Rede? Críticas e Justificações nas Recentes Evoluções do Capitalismo. *Fórum Sociológico* n.º 5/6 (nova série), pp. 13-35.

Correia, P. S. (2008). O Perfil do Animador/Investigador. *Revista Práticas de Animação*, APDASC – Associação para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural, Ano 2, n.º 1, outubro de 2008 (<http://revistapraticasdeanimacao.googlepages.com>).

Dinis, E. (2007). Animação, Animadores e Metáforas. In Peres, A. N. & Lopes, M. S. C.. *Animação Sociocultural – Novos Desafios* (pp. 47-61). Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia (APAP).

Dinis, E. (2010). Princípios Éticos e Deontológicos da Animação Sociocultural e dos Animadores – Algumas Pistas. In Santos Costa, C. (coord.). *Animação Sociocultural – Profissão e Profissionalização dos Animadores* (pp.179-193). Oliveira de Azeméis: Livpsic.

Ferreira, F. I. (2008). A Animação Sociocultural e as Transformações no Mundo do Trabalho. In Pereira, J. D. L, Vieites, M. F. & Lopes, M. S. (coord.). *A Animação Sociocultural e os Desafios do Século XXI* (pp. 192-206). Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.

Freidson, E. (1986). *Professional Powers – A Study of Institutionalization of Formal Knowledge*: Chicago and London: The University of Chicago Press.

Freidson, E. (1994). *Professionalism Reborn – Theory, Prophecy and Policy*. Cambridge: Polity Press (traduzido para língua portuguesa pela Editora da Universidade de São Paulo).

Gillet, J.-C. (1995). *Animation et Animateurs. Le sens de l'action*. Paris: L'Harmattan.

Gomes, T. R. (2010). Emprego, Democratização Cultural e Formação de Públicos. In Santos, M.ª L. L. & Pais, J. M. (org.). *Novos Trilhos Culturais: Práticas e Políticas* (pp. 115-120). Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais.

Gomes, T. R. e Martinho, T. D. (2009). *Trabalho e Qualificação nas Atividades Culturais. Um Panorama em Vários Domínios*. OAC – Observatório das Atividades Culturais (www.oac.pt).

Gonzalez, M. V. (2008). La Animación Ante los Retos de la Sobremodernidade. *Revista Práticas de Animação*, APDASC – Associação para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural, Ano 2, n.º 1 (<http://revistapraticasdeanimacao.googlepages.com>).

Guerreiro, M.ª D. & Abrantes, P. (2004). *Transições Incertas: os Jovens Perante o Trabalho e a Família*. Lisboa: DGEEP – Direção Geral Estudos, Estatística e Planeamento do Ministério das Atividades Económicas e do Trabalho.

Hespanha, P. & Carapineiro (2002). Globalização Insidiosa e Excludente. Da Incapacidade de Organizar Respostas à Escala Local. In Hespanha, P. e Carapineiro, G. (orgs.). *Risco Social e Incerteza: Pode o Estado Social Recuar Mais?* (pp. 25-54). Porto: Edições Afrontamento.

Hughes, E. C. (1993). *The Sociological Eye*. USA: Transaction Publishers.

Lopes, J. T. (1993). *Animação no Espaço Escolar Urbano – um estudo sobre políticas autárquicas de Animação Sociocultural* (<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiro/1310.pdf>).

Lopes, J. T. (n.d.). Da democratização da Cultura a um conceito e prática alternativas de Democracia Cultural. *Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, Cadernos de Estudo* 14

(http://repositorio.esepf.pt/bitstream/handle/10000/302/S%26E14_Da%20democratizacao%20da%20Cultura%20a%20um%20conceito.pdf?sequence=1).

Lopes, M. de S. (2006). *Animação Sociocultural em Portugal*. Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.

Lopes, M. de S. (2007). Animação Sociocultural em Portugal. *Animador Sociocultural: Revista Iberoamericana*, vol. 1, n.º 1 (www.lazer.eefd.ufrj.br/animadorsociocultural/pdf/ac105.pdf).

Lopes, M. de S. (2008a). Os Perfis Profissionais da Animação Sociocultural em Portugal. In Ventosa, V. *Los Agentes de la Animación Sociocultural: el Papel de las Instituciones, de la Comunidad y de los Profissionais* (pp. 457-485). Madrid: Editorial CCS.

Lopes, M. de S. (2008b). A Animação Sociocultural: os velhos e os novos desafios. In Pereira, J. D. L, Vieites, M. F. & Lopes, M. S. (coord.). *A Animação Sociocultural e os Desafios do Século XXI* (pp. 147-158). Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.

Martinho, T. D. (2010). Trabalho no Setor Cultural – Dois Tópicos em Foco: Flexibilidade e Regulação. In Santos, M.ª de L. L. & Pais, J. M. (org.), *Novos Trilhos Culturais: Práticas e Políticas* (pp. 243-247). Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais.

Melo, D. (2001). *Salazarismo e Cultura Popular (1933 – 1958)*. Lisboa: ICS – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Pais, J. M. (2005). *Ganchos, Tachos e Biscates – Jovens, Trabalho e Futuro*. Porto: Ambar.

Pereira, J. C. S. (1988). *O Trabalho Temporário – Exceção ou Regra na Prática Contratual*. Coleção Estudos, Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Ramos do Ó, J. M. N. (1993). *O Dispositivo Cultural nos Anos da “Política do Espírito” (1933-1949)*. Mestrado de História dos Séculos XIX e XX (secção do século XX). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Ramos do Ó, J. M. N. (1999). *Os Anos de Ferro: O Dispositivo Cultural Durante a ‘Política do Espírito’ (1933-1949)*. Lisboa: Editorial Estampa, Lisboa.

Rosas, F. (1994). *O Estado Novo (1926 – 1974)*. 7.º volume da História de Portugal (Direção de José Mattoso). Lisboa: Círculo de Leitores.

Quintas, S. & Castaño, M. (1998). *Animación Sociocultural. Nuevos enfoques*. Salamanca: Amaru Ediciones.

Santos Costa, C. (coord.) (2010). *Animação Sociocultural – Profissão e Profissionalização dos Animadores*. Oliveira de Azeméis: Livpsic.

Santos, M.^a de L. L. dos (coord.), Antunes, L. *et al.* (1998). *As Políticas Culturais em Portugal*. OAC – Observatório das Atividades Culturais.

Strauss. A. (1992). *La Trame de la Négociation – Sociologie Qualitative et Interactionnisme*. Paris. Éditions L'Harmattan.

Thévenot, L. (1985). Les investissements de forme. *Conventions économiques* (pp. 21-65). Paris : Presses Universitaires de France.

Thévenot, L. (2006). *L'Accion au Pluriel – Sociologies des Régimes d'Engagement*. Paris : Gallimard.

Théry, H. (1970). L'animation dans la société d'aujourd'hui. *Recherche Sociale* n.º 32.

Tracana, M.^a E. (2006). A importância do Animador na Sociedade Atual. *Anim'arte: Revista de Animação Sociocultural*, XIV, 61, 2006, pp.12-13.

Trilla, J. (coord.) (2004). *Animação Sociocultural – Teorias, Programas e Âmbitos*. Lisboa: Instituto Piaget.

Valente, J. C. (1999). *Estado Novo e Alegria no Trabalho: Uma História Política da FNAT (1935-1958)*. Lisboa: Edições Colibri – INATEL.

Ventosa, V. J. (2007). Animação Sociocultural na Europa. In Peres, A. N. & Lopes, M. de S.. *Animação Sociocultural – Novos Desafios* (pp. 201-220). Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia (APAP).

Ventosa, V. J. (coord.) (2006). *Perspetivas Actuales de la Animación Sociocultural: cultura, tiempo libre y participación social*. Madrid: Editorial CCS.

Viveiros, L. (2008). O Desenvolvimento Local e a Animação Sociocultural. Uma comunhão de princípios. <http://quadersanimacio.net>; nº 8; JULIO de 2008, ISSN 1698-4044.

Žižek, S. (2007). *Le Sujet qui Fâche – Le Centre Absent de l'Ontologie Politique*. Paris : Flammarion.